



**PROVA DO EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL (EAP) PARA 1º SARGENTO DO
QPE, 3º SARGENTOS DO QPPM E DO QPE, PARA O ANO DE 2011 – PROVA II.**

EAP 3º SGT QPPM/2011 – PROVA II

(Edital DRH/CRS nº 06/2011, de 13 de maio de 2011)

Conhecimentos Profissionais

NOME: _____

LOCAL DE PROVA: _____ SALA: _____

1. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
2. Esta prova contém 40 (quarenta) questões valendo 2,5 (dois virgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cento) pontos.
3. O tempo máximo permitido para a realização da prova objetiva será de 3 (três) horas incluindo o preenchimento da folha de respostas.
4. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
5. Para cada questão existe somente uma resposta.
6. Prova sem consulta.
7. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
8. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares.
9. Iniciadas as provas, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, devidamente acompanhados por fiscal do concurso.
10. Verifique se a prova é a corresponde ao seu quadro e categoria.
11. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas, devidamente preenchida, assinada e conferida.

PROVA DO EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL – EAP 3ºSGT QPPM/2011 – PROVA II

1ª QUESTÃO – No que tange aos atos probatórios nos processos/ procedimentos administrativos, coloque “V”, para as alternativas verdadeiras, ou “F”, para as falsas. A seguir, marque a alternativa que contém a sequência CORRETA.

- () A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor, salvo se tiver parentesco consanguíneo ou afim, em linha ascendente, descendente ou colateral, até o 4º grau, com o acusado.
- () Se forem vários acusados a serem reconhecidos, por questão de economia processual, o procedimento será realizado num único ato de reconhecimento pessoal.
- () As pessoas deverão ser ouvidas em período compreendido entre 07:00 e 18:00 horas. Se o depoimento não ficar concluído até as 18:00 horas, será encerrado, para prosseguimento no dia seguinte, em hora determinada pelo encarregado; não sendo útil o dia seguinte, a inquirição poderá ser adiada para o primeiro dia que o for, salvo caso de urgência, solicitação da testemunha ou situação especial, em que o termo prosseguirá normalmente.
- () A testemunha que tiver 14 anos de idade será ouvida como informante, sem a obrigação de prestar o compromisso legal de dizer a verdade, e deverá estar acompanhada do responsável legal, que também assinará o termo.

- A. () V, V, F, F
- B. () F, F, V, V
- C. () F, F, V, F
- D. () F, F, F, F

2ª QUESTÃO – Sobre o conceito do militar, é CORRETO afirmar que:

- A. () Após dois anos de sua transferência para a inatividade, o militar terá seu conceito reclassificado para “B”, sem qualquer atribuição de pontos (zero ponto).
- B. () A divulgação oficial do ato punitivo de advertência, através de sua publicação, está diretamente vinculada à necessidade da Administração Militar tornar exequível a mensuração do conceito funcional do militar.
- C. () O militar que ingressou na PMMG no ano de 2011, atingirá o conceito “A” somente no ano de 2015, desde que não venha a sofrer nenhuma sanção disciplinar neste período.
- D. () O militar deverá estar classificado, no mínimo, no conceito “B”, com pontuação igual ou inferior a vinte e cinco pontos negativos, para fins de sua designação para CEDMU.

3ª QUESTÃO – Sobre o Relatório de Investigação Preliminar (RIP) é INCORRETO afirmar que:

- A. () Tem caráter meramente investigatório, cujo objetivo é apurar, em exame rápido e sem rígidas formalidades, qualquer ato ou fato aparentemente irregular, devendo ser utilizado para os casos de menor gravidade ou de autoria incerta.
- B. () Será, em regra, dispensado para a investigação de transgressão disciplinar residual aflorada em auto de prisão em flagrante, inquérito policial ou processo judicial.
- C. () O RIP poderá ter origem em documentos anônimos ou apócrifos.
- D. () Não possui as formalidades exigidas para a sindicância regular e, para sua instauração, basta que a autoridade militar delegante exerça comando, direção ou chefia no local onde o fato ocorrer, mesmo que envolva militares lotados em Unidades distintas.

PROVA DO EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL – EAP 3ºSGT QPPM/2011 – PROVA II

4ª QUESTÃO – De acordo com o Código Penal Militar, a conduta do 3º Sgt PM que, por tolerância, deixa de levar ao conhecimento da autoridade competente infração administrativa cometida por um Cb PM que se encontrava no exercício do seu cargo, constitui:

- A. () Não constitui crime contra a Administração Militar.
- B. () Crime de prevaricação.
- C. () Crime de inobservância de lei, regulamento ou instrução.
- D. () Crime de condescendência criminoso.

5ª QUESTÃO – A Resolução nº 4.135, de 24 de março de 2011, criou as SubCorregedorias na Polícia Militar. Sobre o que prevê a resolução é CORRETO afirmar que:

- A. () Embora o Comando de Policiamento Especializado (CPE) seja uma Unidade de Direção Intermediária, a resolução não dispôs sobre a criação da Subcorregedoria naquela Unidade.
- B. () As Subcorregedorias são subordinadas hierarquicamente à Corregedoria de Polícia Militar (CPM).
- C. () As Unidades de Direção Intermediária constantes na resolução ficam, no limite de suas competências, autorizadas a efetuar os remanejamentos de militares para preenchimento dos cargos nas Subcorregedorias.
- D. () A resolução dispôs sobre a criação de uma Subcorregedoria na Academia de Polícia Militar.

6ª QUESTÃO – De acordo com o Código Penal Militar, o militar que recebe coisa que, por manifesta desproporção entre o valor e o preço, deve presumir-se obtida por meio criminoso, comete o seguinte crime militar:

- A. () Receptação culposa.
- B. () Receptação dolosa.
- C. () Peculato mediante aproveitamento do erro de outrem.
- D. () Estelionato.

7ª QUESTÃO – No que tange ao Processo Administrativo-Disciplinar (PAD), marque a alternativa CORRETA:

- A. () Ao militar submetido a PAD, por ato que afete a honra pessoal ou o decore da classe ou que vier a cometer nova falta disciplinar grave, se classificado no conceito “C”, poderá, ao seu final, receber uma das seguintes sanções disciplinares: reforma disciplinar compulsória, demissão, perda do posto, patente ou graduação do militar da reserva.
- B. () A nulidade declarada de um ato da CPAD, nem sempre acarretará, por consequência, a nulidade dos outros atos que o sucederem.
- C. () O Comandante-Geral deverá nomear e convocar a CPAD somente em casos excepcionais, já que é ele a única autoridade militar que pode aplicar a sanção de demissão.
- D. () Nos termos do CEDM, em nenhuma reunião da CPAD será dispensada a presença do defensor do acusado.

PROVA DO EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL – EAP 3ºSGT QPPM/2011 – PROVA II

8ª QUESTÃO – A Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.02/2011-CG, que regula o emprego da PMMG nas ocupações de imóveis urbanos e rurais, ao tratar das providências essenciais durante o emprego policial, determina que o imóvel ocupado, na medida do possível, será articulado pela Polícia Militar em setores de emprego, pautando suas ações de acordo com os seguintes princípios, EXCETO:

- A. () Em hipótese alguma, policiais militares serão utilizados para desmanche, retirada e transporte de materiais do local reintegrado, bem como a PMMG não fará o transporte das pessoas retiradas desse local.
- B. () A imprensa não terá acesso ao local da operação e, para facilitar o controle, será estabelecido um limite territorial, que será perímetro tático externo, onde ficarão os repórteres, visando evitar transtornos durante a execução.
- C. () O emprego de força física será admitido estritamente dentro dos parâmetros legais, devidamente formalizados em auto de resistência.
- D. () Deverão ser utilizadas como premissas básicas para gerenciamento de crise primeiramente a “PRESERVAÇÃO DE VIDAS” e posteriormente o “CUMPRIMENTO DA LEI”.

9ª QUESTÃO – De acordo com o CEDM, um militar que cometer uma transgressão disciplinar de natureza grave e tiver computadas para fins do seu enquadramento disciplinar 02 circunstâncias atenuantes e 03 agravantes, 01 elogio individual e 01 nota meritória, receberá a seguinte sanção disciplinar:

- A. () Repreensão.
- B. () Suspensão.
- C. () Advertência.
- D. () Prestação de serviço.

10ª QUESTÃO – De acordo com a Instrução de Corregedoria nº. 02/09, é INCORRETO afirmar que:

- A. () Caso o militar acusado em uma sindicância regular seja afastado, para aguardar a sua transferência para a reserva remunerada, mesmo assim a SR terá o seu curso normal já que o militar ainda se encontra no serviço ativo.
- B. () Mesmo que o fato constitutivo de crime militar envolva militares, na condição de autores, lotados em Unidades distintas, a instauração do IPM ou a lavratura de Auto de Prisão em Flagrante (APF), em regra, será de atribuição da autoridade em cujo âmbito de atuação territorial tenha ocorrido a infração penal militar.
- C. () O princípio da insignificância não constitui causa de justificação ou de absolvição de forma a fundamentar o pedido ou o arquivamento dos autos do processo disciplinar.
- D. () A não homologação pela SAS da Unidade de licença saúde concedida por profissional de saúde particular, poderá acarretar no crime de deserção decorrente da falta reiterada ao serviço por parte do militar que não teve sua licença homologada.

PROVA DO EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL – EAP 3ºSGT QPPM/2011 – PROVA II

11ª QUESTÃO – Com a edição da lei 11.340/06, o Estado pretende coibir os casos de violência doméstica e familiar no Brasil. Na referida lei está previsto que o juiz pode aplicar, ao agressor, algumas Medidas Protetivas de Urgência. Sobre estas medidas é INCORRETO afirmar que:

- A. () O juiz pode determinar a suspensão ou a restrição do porte de armas ao agressor, comunicando o fato ao órgão competente.
- B. () O juiz não pode conceder, de imediato, a Medida Protetiva de Urgência, antes da manifestação do Ministério Público, mesmo que o juiz comunique prontamente àquele órgão.
- C. () O juiz pode determinar ao agressor a prestação de alimentos provisórios ou provisionais.
- D. () As Medidas Protetivas de Urgência podem ser aplicadas autônoma ou isoladamente e poderão ser substituídas a qualquer tempo.

12ª QUESTÃO – Sobre a Teoria de Prevenção ao Crime, prevista na Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.06/2011, que regula a aplicação da filosofia de Polícia Comunitária pela PMMG, é CORRETO afirmar que:

- A. () A prevenção terciária é composta por ações dirigidas às pessoas e grupos mais suscetíveis de praticar ou sofrer crimes e violências, bem como dos fatores que contribuem para sua vulnerabilidade, a fim de evitar o seu envolvimento com o crime e a violência ou limitar os danos causados por este envolvimento.
- B. () A prevenção eficaz é composta de ações dirigidas às pessoas que já praticaram crimes e violências, cujo objetivo é evitar a reincidência e promover o seu tratamento, a reabilitação e reintegração familiar, profissional e social.
- C. () A prevenção social é composta por ações dirigidas ao meio ambiente físico/social, com foco prioritário nos fatores de riscos e de proteção.
- D. () Na prevenção primária, poderão, também, incluir ações que impliquem mudanças mais abrangentes na estrutura da sociedade ou comunidade, que visa reduzir a pré-disposição para a prática de crimes e violências na sociedade (prevenção social).

13ª QUESTÃO – Enumere a 2ª coluna, ligando as transgressões disciplinares definidas no CEDM, à sua respectiva classificação. A seguir, marque a alternativa que contém a sequência CORRETA.

- | | |
|------------|---|
| (1) Grave. | () induzir ou instigar alguém a prestar declaração falsa em procedimento penal, civil ou administrativo ou ameaçá-lo para que o faça. |
| (2) Média. | () retardar injustificadamente o cumprimento de ordem ou o exercício de atribuição. |
| (3) Leve. | () faltar com a verdade, na condição de testemunha, ou omitir fato do qual tenha conhecimento, assegurado o exercício constitucional da ampla defesa. |
| | () deixar de providenciar medida contra irregularidade de que venha a tomar conhecimento ou esquivar-se de tomar providências a respeito de ocorrência no âmbito de suas atribuições |
| | () autorizar, promover ou tomar parte em manifestação ilícita contra ato de superior hierárquico ou contrária à disciplina militar. |

- A. () 1, 3, 2, 2, 1.
- B. () 1, 3, 1, 2, 1.
- C. () 2, 3, 1, 1, 2.
- D. () 2, 2, 1, 3, 1.

PROVA DO EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL – EAP 3ºSGT QPPM/2011 – PROVA II

14ª QUESTÃO – Nos termos da legislação e normas internas vigentes que regulam a concessão de recompensas na PMMG, marque a alternativa CORRETA:

- A. () A autoridade competente para concessão do elogio ou nota meritória designará um militar mais antigo que o indicado ou diligenciará junto ao escalão superior para que sejam apuradas sumariamente as circunstâncias e condições do fato, emitindo um parecer e encaminhando toda documentação ao CEDMU.
- B. () Para recebimento de elogio decorrente de atuação operacional, o militar deverá ter destacada atuação, com relevantes benefícios para a comunidade na atividade-fim, ou para Unidade, na atividade administrativa.
- C. () São situações que justificam a concessão da dispensa ao serviço: possuir reiteradas ações destacadas no âmbito operacional ou administrativo; participação em atividades que ensejam uma dedicação além da jornada normal de trabalho.
- D. () As recompensas serão pontuadas, positivamente, nos seguintes limites: elogio individual: 05 pontos cada; nota meritória e comendas concedidas pela Instituição: 03 pontos cada. Referida pontuação terá validade por 05 anos a partir da data da sua concessão.

15ª QUESTÃO – Sobre Processo Administrativo-Disciplinar (PAD) e, nos termos da legislação que rege o assunto, marque a alternativa CORRETA:

- A. () São, entre outras, peças fundamentais do processo: o interrogatório do acusado, os termos de inquirição de testemunhas, as atas das reuniões da CPAD, o laudo decorrente de perícia psicopatológica, as razões finais de defesa do acusado, o parecer da Comissão.
- B. () Ao acusado é assegurado, após o interrogatório, prazo de quarenta e oito horas (sugere-se disponibilizar dois dias úteis) para oferecer sua defesa prévia e o rol de testemunhas.
- C. () O interrogante inquirirá, sucessiva e separadamente, as testemunhas que a Comissão julgar necessárias ao esclarecimento da verdade e as apresentadas pelo acusado, estas limitadas a cinco, salvo nos casos em que a portaria for motivada em mais de um fato, quando o limite máximo será de dez.
- D. () A ausência do acusado ou do seu defensor acarretará no impedimento para a realização de qualquer ato da Comissão.

16ª QUESTÃO – Sobre o Inquérito Policial Militar (IPM) e nos termos do Código de Processo Penal Militar (CPPM), marque a alternativa INCORRETA:

- A. () A autoridade militar que determinar o arquivamento dos autos de IPM que concluir pela inexistência de crime militar, deverá comunicar o fato à autoridade judiciária.
- B. () O IPM é a apuração sumária de fato, que, nos termos legais, configure crime militar, e de sua autoria, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal.
- C. () Independentemente de flagrante delito, o indiciado poderá ficar detido, durante as investigações policiais, até trinta dias, comunicando-se a detenção à autoridade judiciária competente.
- D. () O inquérito é sigiloso, mas seu encarregado pode permitir que dele tome conhecimento o advogado do indiciado.

PROVA DO EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL – EAP 3ºSGT QPPM/2011 – PROVA II

17ª QUESTÃO – O Sd PM que agride um Cb PM que se encontrava de serviço como sentinela do 5º BPM, comete o seguinte crime militar:

- A. () Violência contra superior (art. 157 do CPM).
- B. () Desrespeito a superior (art. 160 do CPM).
- C. () Lesão corporal leve (art. 209 do CP).
- D. () Violência contra militar de serviço (art. 158 do CPM).

18ª QUESTÃO – Qual das situações abaixo NÃO configura crime de tortura:

- A. () Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, em razão de discriminação racial ou religiosa.
- B. () Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.
- C. () Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima.
- D. () Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, para provocar ação ou omissão de natureza criminosas.

19ª QUESTÃO – De acordo com a Instrução nº 3.03.11/2011- CG, que organiza e disciplina a implantação de redes de vizinhos protegidos no Estado de Minas Gerais pela PMMG, NÃO constitui objetivo pretendido com a criação das redes de proteção.

- A. () Recuperar cada vez mais a sensação de segurança, aumentando a confiança da população na PMMG.
- B. () Reduzir os índices de criminalidade nos locais onde serão implementadas as ações denominadas Rede de Vizinhos Protegidos.
- C. () Criar dificultadores para coibir a ação criminosa, tendo por objetivo melhorar a proteção pessoal e patrimonial e, conseqüentemente, o aumento da segurança e garantia da paz social.
- D. () Aproximar comunidade e Polícia Militar, desenvolvendo atividades que compreendem estratégias aparentemente simples, bem organizadas, de fácil execução, eficientes, de baixo custo, elevado valor social, que reforçam a presença, através da aproximação direta e constante, da Polícia Militar junto à população ordeira e pacífica de Minas Gerais.

20ª QUESTÃO – A Instrução nº 3.03.11/2011- CG, que organiza e disciplina a implantação de redes de vizinhos protegidos no Estado de Minas Gerais pela PMMG, estabelece, entre outros, os seguintes pressupostos básicos para a criação de redes:

- A. () As sub-redes de vigilância pessoal; as sub-redes de identificação; as sub-redes de segurança.
- B. () A sensibilização dos policiais; as sub-redes de verificação; as redes sociais primárias ou informais.
- C. () O comportamento da vítima; a predisposição do autor; a ausência da polícia/vigilância.
- D. () A importância do processo de mobilização das pessoas envolvidas para criação das redes; o conceito e a criação da rede de vizinhos protegidos; como desenvolver um processo de mobilização.

PROVA DO EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL – EAP 3ºSGT QPPM/2011 – PROVA II

21ª QUESTÃO – Sobre o Treinamento com arma de fogo na Polícia Militar (TCAF) é INCORRETO afirmar que:

- A. () Bienalmente, será aplicada ao militar uma prova prática com arma de fogo, no período do TPB.
- B. () A cada ano, na própria Unidade do militar, será aplicado o TCAF, sendo uma fase teórica e outra prática.
- C. () O militar que não obtiver, no mínimo, o conceito “C” na Prova Prática com Arma de Fogo deverá, no mesmo dia, ser reavaliado no mesmo módulo e utilizar o mesmo tipo de arma para efeito do TPB.
- D. () Todos os militares deverão executar treinamento com armas de apoio (carabina, espingarda, submetralhadora e fuzis), além do treinamento com arma de porte (revólver ou pistola).

22ª QUESTÃO – Sobre o Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF) é CORRETO afirmar que:

- A. () O CRAF tem validade estadual.
- B. () Qualquer trabalhador que seja o proprietário do CRAF regularizado, não suspenso ou não revogado, pode manter a respectiva arma de fogo no seu local de trabalho.
- C. () Qualquer pessoa que seja a proprietária do CRAF regularizado, não suspenso ou não revogado, pode manter a respectiva arma de fogo, exclusivamente, no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses.
- D. () Os registros de propriedade expedidos pelos órgãos estaduais, realizados até a data da publicação da Lei 10.826 (estatuto do Desarmamento), deverão ser renovados mediante o pertinente registro federal até o dia 31 de dezembro de 2014, o ano da copa no Brasil.

23ª QUESTÃO – De acordo com a lei nº 9.455/97, que define os crimes de tortura e dá outras providências, aumenta-se a pena do crime de tortura, de um sexto até um terço se o crime é cometido:

- A. () Por adolescente.
- B. () Contra pessoa maior de 60 anos de idade.
- C. () Contra funcionário público.
- D. () Por quadrilha ou bando.

24ª QUESTÃO – Sobre o recurso disciplinar, é CORRETO afirmar que:

- A. () A imprevisibilidade legal da retroação recomenda à Administração Militar, na hipótese de efetivação da sanção, considerar a eventual depreciação do conceito a partir do exaurimento do impasse recursal, e todos os efeitos decorrentes da aplicabilidade do ato.
- B. () São pressupostos de admissibilidade dos recursos: intempestividade, ilegitimidade e interesse de agir.
- C. () Terá efeito suspensivo nas duas instâncias recursais, e poderá ser interposto no prazo de 5 dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil posterior à data da decisão pela autoridade militar.
- D. () A 2ª instância recursal será, sempre, Comandante-Geral.

PROVA DO EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL – EAP 3ºSGT QPPM/2011 – PROVA II

25ª QUESTÃO – Sobre os critérios de promoção previstos no art. 6º do Decreto nº 44.557/07, que contém o Regulamento de Promoção de Praças, satisfeitas as demais condições, é CORRETO afirmar que:

- A. () A promoção à graduação de Terceiro-Sargento se dará pelos critérios de merecimento, antiguidade e necessidade do serviço, mediante aprovação em CFS ou equivalente.
- B. () A promoção à graduação de Primeiro-Sargento se dará pelos critérios de merecimento, antiguidade e tempo de serviço.
- C. () Pelo critério de merecimento, para a promoção a graduação de Segundo-Sargento, no sexto ano após o ano-base, a 1/2 (metade) dos Terceiros-Sargentos existentes na turma serão promovidos.
- D. () Pelo critério de merecimento, para a promoção a graduação de Segundo-Sargento, no sétimo ano após o ano-base, o restante dos Terceiros-Sargentos existentes na turma serão promovidos.

26ª QUESTÃO – Sobre o Conceito de Atuação da Base Comunitária (BC) é CORRETO afirmar que:

- A. () A BC, em sua primeira linha de atuação, terá dois objetivos: (1) criar procedimentos de operacionalização para implantação da filosofia de polícia comunitária e (2) assessorar o Cmt de Cia PM para instrumentalizar sua sedimentação.
- B. () A equipe da BC é diretamente subordinada ao Cmt de Destacamento PM.
- C. () O Cmt da BC apresentará ao Cmt do Batalhão o plano de ação, relativo à identificação e análise dos problemas estudados.
- D. () O Chefe da P/2, o Secretário e o Chefe da Seção de Emprego Operacional (P3) da Unidade fiscalizarão a elaboração do Plano de Ação, elaborado pelo Cmt da BC.

27ª QUESTÃO – Conforme dispõe o Caderno Doutrinário nº. 03 – Blitz Policial, é CORRETO afirmar que:

- A. () Nas operações de blitz policial – CATEGORIA 1, serão instalados 2 (dois) ou mais Boxes de Abordagem e 1 (um) ou mais Boxes de Registro, analisando as condições de segurança, de acordo com a avaliação de riscos, o número de policiais disponíveis e os objetivos a serem atingidos.
- B. () As operações do tipo blitz policial se dividem em 02 níveis: nível 1 – preventivo; nível 2 - repressivo.
- C. () Somente quando da execução de uma operação blitz do tipo repressiva, é que o policial, ao se deparar com qualquer irregularidade (penal ou administrativa), poderá tomar as providências que o caso demandar.
- D. () Operação policial do tipo blitz é uma interrupção parcial e temporária, do fluxo de pessoas ou veículos em vias urbanas, rurais e rodoviárias, por meio de sinalização física, visual e sonora, para abordar veículos e seus ocupantes, realizando checagens e vistorias em geral.

PROVA DO EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL – EAP 3ºSGT QPPM/2011 – PROVA II

28ª QUESTÃO – Enumere a segunda coluna de acordo com a primeira, considerando o que prevê a Resolução nº 4.123/10 (Dispõe sobre os procedimentos para a movimentação de militares na Polícia Militar). Depois, marque a alternativa que contém a sequência CORRETA:

- | | | | |
|---|---------------|-----|---|
| 1 | Transferência | () | Movimentação do oficial ou praça, de uma para outra seção dentro de uma mesma Unidade |
| 2 | Classificação | () | Transferência, por interesse próprio, para satisfazer dois militares, simultaneamente |
| 3 | Permuta | () | Movimentação do oficial ou praça, de uma para outra Unidade Operacional ou Administrativa |
| 4 | Designação | () | Movimentação do oficial recém promovido para Unidades Operacionais ou Administrativas |

- A. () 4, 1, 3, 2.
B. () 4, 3, 1, 2.
C. () 2, 3, 4, 1.
D. () 2, 1, 4, 3.

29ª QUESTÃO – Conforme ensinamentos contidos no Caderno Doutrinário 01 marque a alternativa INCORRETA:

- A. () A verbalização deve ser empregada antes de todos os outros níveis do uso de força de modo que, iniciada a intervenção policial com o uso da força, a verbalização deverá ser cessada.
B. () O pensamento tático é norteado pelo quarteto: área de segurança, área de risco, ponto de foco e ponto quente.
C. () São os fundamentos da abordagem policial à pessoa em atitude suspeita: segurança, surpresa, rapidez, ação vigorosa e unidade de comando.
D. () Na atividade operacional ou em deslocamento fardado, o policial não pode estar no estado relaxado (branco).

30ª QUESTÃO – O Memorando nº 30.668.6/09-EMPM, com base na edição da Lei Federal nº 11.973/09, traz alguns esclarecimentos acerca do crime de sequestro relâmpago. O mesmo memorando apontou algumas diferenças entre os crimes de roubo e extorsão. Sobre essas diferenças mencionadas naquele documento, é INCORRETO afirmar que:

- A. () No roubo, o proveito é contemporâneo e o mal prenunciado à vítima iminente; na extorsão, o mal e a vantagem são futuros.
B. () Na extorsão é imprescindível o comportamento da vítima, a entrega do bem é ato voluntário, no roubo é prescindível.
C. () A extorsão pode ser praticada por mais de um agente (ex: um extorque e outro recebe a vantagem indevida), e o roubo só pode ser praticado por um agente (o mesmo agente que emprega a violência ou a grave ameaça, subtrai a coisa).
D. () No roubo há subtração, na extorsão há tradição.

PROVA DO EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL – EAP 3ºSGT QPPM/2011 – PROVA II

31ª QUESTÃO – Com base no Decreto nº 44.557/07, que contém o Regulamento de Promoção de Praças, será computado como tempo de interstício o período em que a praça estiver:

- A. () Em licença, sem vencimentos, para tratar de interesse particular.
- B. () Cumprindo sentença penal ou prisão judicial.
- C. () No exercício de cargo de direção em entidades associativas de militares, nos casos previstos em lei.
- D. () Interditada judicialmente.

32ª QUESTÃO – Considerando que a Instrução nº 3.03.07/2010-CG, que Regula a Atuação da Base Comunitária (BC) e da Base Comunitária Móvel (BCM), prevê que o Cmt da BCM seja um Sargento PM. Marque abaixo a alternativa que representa uma das atribuições deste Sargento PM, previstas na instrução:

- A. () Preencher todas as formas de registro pertinentes aos atendimentos efetuados pela BCM, tais como BO's, dentre outros.
- B. () Incentivar a mobilização comunitária no ambiente de atuação.
- C. () Autuar as infrações de trânsito, promovendo a ordem e a melhor organização do espaço em que a BCM atua.
- D. () Informar-se sobre acontecimentos ocorridos no turno anterior.

33ª QUESTÃO – Sobre os requisitos que devem ser preenchidos pelo militar, para fins de movimentação por interesse próprio, é INCORRETO afirmar que:

- A. () Se o militar estiver classificado no conceito B, com 35 (trinta e cinco) pontos positivos, ele preenche o requisito do conceito.
- B. () O militar não pode estar submetido a Processo Administrativo Disciplinar (PAD), Processo Administrativo Disciplinar Sumário (PADS) ou Processo Administrativo de Exoneração (PAE).
- C. () O militar não precisa estar apto no TPB, mas, precisa ter obtido avaliação satisfatória na última Avaliação de Desempenho Individual (ADI).
- D. () Não ter, o militar, sido transferido por conveniência da disciplina nos últimos 3 (três) anos.

34ª QUESTÃO – Qual das alternativas abaixo, foi demonstrada na Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.06/2011 (Polícia Comunitária) como uma experiência de policiamento comunitário:

- A. () Policiamento Velado (PV).
- B. () Patrulha de Prevenção à Degradação do Meio Ambiente (PPMAmb).
- C. () Grupo Tático Móvel (GTM).
- D. () Grupo de Policiamento Montado (GPM).

PROVA DO EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL – EAP 3ºSGT QPPM/2011 – PROVA II

35ª QUESTÃO – A Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.01/2010 estabeleceu diversos pressupostos e orientações procedimentais básicos para emprego da Polícia Militar. Qual dos temas abaixo NÃO foi listado entre esses pressupostos ou orientações (ou seja, não foi listado no capítulo III, que trata dos pressupostos e orientações):

- A. () Processo Decisório.
- B. () Capacidade Técnica.
- C. () Patrulhamento Dirigido.
- D. () Racionalização do Emprego.

36ª QUESTÃO – No Caderno de Gestão Para os Resultados nº 02, foram estabelecidos os Princípios Reguladores da Gestão para Resultados Operacional da PMMG. Dentre esses princípios reguladores, existe um Geral e outros Específicos. Qual dos princípios abaixo é o geral:

- A. () Serviços planejados e executados de acordo com as peculiaridades da segurança dos policiais e da boa aceitação da população.
- B. () Produção de ações/operações de polícia ostensiva preventiva, de acordo com características e tipologia criminais predominantes nos espaços de responsabilidade territorial específicos de cada Cia.
- C. () Avaliação de resultados e estabelecimento de metas a serem atingidas.
- D. () Policiamento orientado para a solução de problemas.

37ª QUESTÃO – Sobre os crimes previstos na lei 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento), é INCORRETO afirmar que:

- A. () Quem deixa de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade, comete o crime de omissão de cautela.
- B. () Quem dispara arma de fogo em via pública ou em direção a ela, comete crime previsto na referida lei, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime.
- C. () Quem, no exercício de atividade comercial, vende arma de fogo sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, pratica o crime de comércio ilegal de arma de fogo.
- D. () A simples posse de munições de arma de fogo no interior da residência, em desacordo com a lei ou regulamento, não configura crime, se não for localizada nenhuma arma de fogo no local.

38ª QUESTÃO – A dignidade da pessoa humana foi listada como pressuposto/orientação prevista na Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.01/2010. Sobre o que prevê a diretriz a respeito da dignidade da pessoa humana, é CORRETO afirmar que:

- A. () É irrenunciável, inalienável, inerente à própria natureza do ser humano, não se perdendo nem com a extinção da própria vida.
- B. () Constitui-se em um mínimo vulnerável juridicamente protegido que são os direitos de personalidade.
- C. () Pode ser entendida como um valor supremo, intrínseco, conferido ao ser humano pela simples condição de ser “humano”.
- D. () O estado democrático de direito, por sua vez, tem por fundamento, ainda que menor (ou menos relevante), o princípio da dignidade da pessoa humana.

PROVA DO EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL – EAP 3ºSGT QPPM/2011 – PROVA II

39ª QUESTÃO – Sobre o que prevê a Lei nº 11.340/06 (Violência Doméstica e Familiar) é CORRETO afirmar que:

- A. () Somente o delegado e o Ministério Público podem requerer ao juiz a concessão de uma Medida Protetiva de Urgência.
- B. () Cometer crime de injúria contra a esposa não configura violência doméstica e familiar, pois o ato praticado não é se reveste de violência.
- C. () A lei prevê como vítima da violência doméstica e familiar, somente a mulher, mas, não estabeleceu se o agente deve ser do sexo masculino.
- D. () Nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, os atos processuais não poderão realizar-se em horário noturno.

40ª QUESTÃO – A Instrução nº 3.03.05/2010-CG, que Regula a atuação operacional dos Policiais-Militares lotados nos Destacamentos e Subdestacamentos da PMMG, prevê que cada Comandante de Dst PM e Sdst PM (normalmente, um Sgt) deve planejar o emprego operacional, elaborando, inclusive, o cartão-programa. A instrução prevê, ainda, uma metodologia para a elaboração do cartão-programa. Relacione as duas colunas abaixo, considerando as fases dessa metodologia e depois marque a alternativa que representa a sequência CORRETA:

- | | | |
|-----------|-----|---|
| 1- Fase 1 | () | Seleção dos pontos-base |
| 2- Fase 2 | () | Identificação da Jornada do Crime |
| 3- Fase 3 | () | Identificação dos logradouros para os pontos-base |
| 4- Fase 4 | () | Filtragem de crimes de maior incidência |
| 5- Fase 5 | () | Plotagem dos horários |

- A. () 4, 2, 3, 5, 1.
- B. () 2, 3, 4, 5, 1.
- C. () 2, 1, 5, 4, 3.
- D. () 4, 2, 5, 1, 3.

-----corte aqui-----
GABARITO DO CANDIDATO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40